

A Transparência Ativa dos Portais Eletrônicos de Institutos Federais do Nordeste

The active transparency of electronic ports of Northeast Federal Institutes

*La transparencia activa de los puertos electrónicos de los Institutos Federales
del Noreste*

Maria Daniella de Oliveira Pereira da Silva¹

Jailza Mendes da Costa²

Karla Katiúscia Nóbrega de Almeida Almeida³

Fernando Jose Vieira Torres⁴

Resumo

Analisa o nível de transparência ativa nos portais eletrônicos dos Institutos Federais (IF) na Região Nordeste investigando se a qualidade da instituição e o seu tamanho eram fatores determinantes para um maior nível de transparência ativa nos portais eletrônicos. Para a realização da pesquisa foi estimado um índice de transparência ativa dos Institutos Federais (IIF), com base no índice proposto por Pessôa (2013), mediante uma análise das *home pages* dos institutos federais em 2018. Além disso, foi realizado um teste de correlação de Pearson entre o índice IIF e as variáveis: qualidade dos institutos federais (Índice Geral de Cursos IGC - 2016) e tamanho (quantidade de cursos de graduação e número de matrículas). Os resultados levantados apontam que, em média, existe uma baixa divulgação de informações nos portais dos Institutos Federais da Região Nordeste. Dentre aqueles que mais divulgam informações, observa-se que o tamanho do IF apresenta uma correlação positiva com um maior nível de transparência ativa nos portais, porém, a qualidade dos cursos não apresenta correlação estatisticamente significativa. Portanto, existem indícios de que tamanho de um IF corrobora com a disparidade do nível de transparência ativa.

Palavras-chave: Transparência Ativa. Portais eletrônicos. Institutos Federais.

Abstract

Analyzes the level of active transparency in the electronic portals of Federal Institutes (IF) in the Northeast Region investigating whether the quality of the institution and its size were determining factors for a higher level of active transparency in the electronic portals. For the research, an active transparency index of the federal institutes (IIF) was estimated based on the index proposed by Pessôa (2013), through an analysis of the federal institutes home pages in 2018. In addition, a correlation test was performed. Pearson's study between the IIF index and the variables: quality of federal institutes (IGC General Course Index - 2016) and size (number of undergraduate courses and number of enrollments). The results show that, on average, there is a low disclosure of information in the portals of Federal Institutes of the Northeast. Among those who disclose more information, it is observed that the size of the IF presents a positive correlation with a higher level of active transparency in the portals, however, the quality of the courses does not present a statistically significant correlation. Therefore, there is evidence that the size of an IF corroborates the disparity of the active transparency level.

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil, mariadaniella75@hotmail.com

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil, jailzamendes@live.com

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil, knalmeida@gmail.com

⁴ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil, fjttorres@hotmail.com

Keywords: Active Transparency. Electronic portals. Federal Institutes.

Resumen

Analiza el nivel de transparencia activa en los portales electrónicos de los Institutos Federales (IF) en la Región Nordeste, investigando si la calidad de la institución y su tamaño fueron factores determinantes para un mayor nivel de transparencia activa en los portales electrónicos. Para la investigación, se estimó un índice de transparencia activa de los institutos federales (IIF) basado en el índice propuesto por Pessôa (2013), a través de un análisis de las páginas de inicio de los institutos federales en 2018. Además, se realizó una prueba de correlación. Estudio de Pearson entre el índice IIF y las variables: calidad de los institutos federales (IGC General Course Index - 2016) y tamaño (número de cursos de pregrado y número de inscripciones). Los resultados muestran que, en promedio, existe una baja divulgación de información en los portales de los Institutos Federales del Nordeste. Entre aquellos que divulgan más información, se observa que el tamaño del IF presenta una correlación positiva con un mayor nivel de transparencia activa en los portales, sin embargo, la calidad de los cursos no presenta una correlación estadísticamente significativa. Por lo tanto, existe evidencia de que el tamaño de un IF corrobora la disparidad del nivel de transparencia activa.

Palabras clave: Transparencia activa. Portales electrónicos. Institutos Federales.

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre a transparência na gestão pública foram desencadeadas com a implementação de uma visão gerencial na Administração Pública da Inglaterra, há meio século (CRUZ et al., 2012). Entretanto, só passou a ganhar uma expressividade social e governamental nas últimas décadas do século XX (HEALD, 2003).

Desde então, a concepção de transparência no âmbito do setor público passou a ser abordada por diversos países, frente às necessidades de democratização do acesso às informações relacionadas às ações dos gestores públicos (CRUZ et al., 2012).

No Brasil, a transparência e o acesso às informações referentes às atuações dos governantes são direitos garantidos legalmente para todo cidadão. A Lei de acesso a informação nº 12.527/11 (BRASIL, 2011), junto à Lei Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), e a Lei da Transparência - Lei Complementar nº 131/2009 (BRASIL, 2009), têm contribuído para uma ampliação dessa transparência, que valorizam principalmente o processo de democratização das informações, possibilitando, aos cidadãos, o acompanhamento da prestação das contas dos seus governantes.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas é um instrumento de transparência de gestão fiscal e que deverá ser amplamente divulgada em meios de acesso público, como os meios eletrônicos. Como pode ser observado através do Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, o qual relata quais instrumentos da gestão fiscal, darão ampla divulgação em meios eletrônicos de acesso público, como os portais, entre eles temos os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o

respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

A obrigatoriedade legal existente para a apresentação da transparência de informações de cunho fiscal, normatizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, consistiu uma grande evolução para o acesso à informação pública. Entretanto, deve ser observado que a efetiva transparência pública dos Estados, vai além da apresentação das informações legais (PRADO LOUREIRO, 2006; CRUZ et al., 2012). É preciso possibilitar a compreensão dessas informações apresentadas pela Administração Pública, através de suas instituições, aos mais diversos tipos de usuários da informação pública.

Assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal preconiza a obrigatoriedade da prestação de contas, a Lei da transparência agrega a visão de que todos os entes da Federação deverão disponibilizar, para as pessoas físicas ou jurídicas, o acesso às informações relacionadas à despesa ou à receita pública.

Nesse contexto, a Lei de Acesso a Informações Públicas fortalece a obrigatoriedade da apresentação das informações públicas de forma que facilite o acesso por parte do cidadão. Conforme pode ser observado em seu Art. 8, da Lei nº 12.527/11 “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011).

A transparência ativa de informações sobre os entes federativos ou sobre as organizações, segundo a Lei de Acesso a Informação, trata da apresentação de dados de interesse geral ou coletivo, sem estarem vinculados a pedidos expressos pelos cidadãos. Assim, na exposição da prestação de contas e acordo com a Lei de Acesso a Informações Públicas, faz-se obrigatório que os agentes públicos apresentem informações relacionadas aos registros de quaisquer recursos financeiros, registro de despesas e repasses e transferências financeiras, informações relacionadas aos procedimentos licitatórios, dados de acompanhamento de programas, ações, entre outras obrigatoriedades.

No entanto, mesmo com a obrigatoriedade de apresentação de informações, nem sempre existe um “bom” nível de transparência (GAMA; RODRIGUES, 2016; OLIVEIRA; ZAGANELLI; CAVALARI JUNIOR, 2017; MELO, 2019). Teoricamente, esse comportamento de disparidade encontra respaldo na Teoria da Escolha Pública (TEP), tendo em vista que, estas ações podem vir a sofrer influências de agentes privados e públicos, envolvendo relações entre políticos, troca de favores, grupos de interesses, eleitores, entre

outras vertentes, que podem determinar como e quando será realizado o repasse de informações. (MONTEIRO, 2007).

Neste sentido, a TEP inclina-se a uma abordagem individualista, em torno do egoísmo, passando por intervenções de grupos de interesses, ocasionando falhas pública (BORGES, 2001). Assim, mesmo que os eleitores sejam racionais, na maioria das vezes, são considerados ignorantes e desinteressados ou simplesmente manipuláveis, quando o assunto é relacionado com o governo. Estando, os cidadãos, alheios às discussões que envolvem a coisa pública, não se sentindo agentes do processo democrático, mas, sofrendo as possíveis consequências das decisões tomadas (BORGES, 2001).

Desde a promulgação da Lei de Acesso a Informação, estudos empíricos passaram a investigar o nível de transparência pública. No âmbito educacional, Gama e Rodrigues (2016) analisaram a apresentação de informações contábeis pelas universidades federais, encontrando, em média, baixos níveis de transparência. Oliveira, Zaganelli e Cavalari Junior (2017) analisaram o nível de transparência ativa dos portais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, verificando ausência de uniformidade e alta variabilidade na apresentação das informações. Melo (2019) analisou a transparência das vinte melhores universidades federais, de acordo com Índice Geral de Cursos (IGC) de 2017, constatando baixos níveis de transparência nos portais eletrônicos analisados.

Tendo em vista, que diversos estudos vêm sendo realizado sob a ótica da transparência em instituições públicas de ensino superior, visto que essas instituições têm um papel relevante para a sociedade e para o ambiente em que estão inseridas, contribuindo com a formação e desenvolvimento acadêmico dos agentes envolvidos. Admite-se que, no setor público, deve-se reportar àquele que é o seu maior financiador, o cidadão, por meio dos pagamentos de tributos, e por isso, é importante compreender o nível de transparência ativa encontrada nos portais eletrônicos.

Nesse sentido, o presente estudo visa responder ao seguinte questionamento: a qualidade e o tamanho dos Institutos Federais da Região Nordeste explicam o nível de transparência pública? Assim, o objetivo do estudo é investigar se a qualidade e o tamanho das instituições de ensino são fatores determinantes para um maior nível de transparência ativa nos portais eletrônicos dos Institutos Federais da Região Nordeste, tendo como base o índice de transparência desenvolvido por Pessoa (2013).

Diante das evidências de que não existe uniformidade na apresentação de informações nos portais das instituições públicas (LIMA, 2009; PEREIRA, 1997; CRUZ, et al., 2012; ALMADA; SILVA, 2014; PESSÔA, 2013; FARACO, 2015; BUFOLIN et al., 2018;

BALDISSERA et al., 2018; MELO, 2019; BALDISSERA et al., 2019) e que existem fatores determinantes do nível de transparência (PESSÔA, 2013), tem-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- H1: Existe influência positiva do tamanho das instituições no nível de transparência dos institutos federais do Nordeste Brasileiro.
- H2: Existe influência positiva da qualidade das Instituições de Educação Superior no nível de transparência dos institutos federais do Nordeste Brasileiro.

A realização da pesquisa é motivada pela necessidade de compreender o que leva a disparidade do nível de transparência ativa em instituições, visto que estudos anteriores evidenciaram uma ausência de uniformidade na apresentação das informações (OLIVEIRA; ZAGANELLI; CAVALARI JUNIOR, 2017; MELO, 2019), além disso, pouco se sabe sobre os fatores que levariam organizações a apresentarem uma maior transparência de suas informações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Fundamentação Teórica pautou-se entre os conceitos da Teoria da Escolha Pública em torno da divulgação de informações públicas e os estudos anteriores que envolvem fatores determinantes de transparência em instituições públicas.

2.1 TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA E A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS

A Teoria da Escolha Pública (TEP) teve sua discussão iniciada nas décadas de 50 e 60, conforme apresenta Pereira (1997), em que faz menção a obras clássicas de estudiosos como Duncan Black (1958), James Buchanan e Gordon Tullock (1962), Mancur Olson (1965), Kenneth Arrow (1951), Anthony Downs (1957) e William Riker (1962), acrescentando que a mesma, traz a ideia de que decisões que norteiam o ambiente público estarão ligadas a um conjunto de agentes, com diferentes perspectivas, que de alguma maneira, irão intervir nas decisões tomadas pelo gestor da coisa pública.

Representantes escolhidos, por meio do voto, tomam decisões em prol da maioria, sendo que, estas decisões, perpassam por algumas imprecisões, promovendo um contraste, entre o que de fato a maioria poderia querer com o que realmente é decidido, tendo em vista que, estas escolhas talvez representem interesses individuais, em vez do coletivo. Neste sentido, Ribeiro da Cruz (2011) sobre a obra de Gordon Tullock, apresenta pontos que possam vir a contribuir para as possíveis escolhas, como por exemplo, um sistema

fraudulento, *rent seeking* (envolve atividades legais ou ilegais, em prol de ganhos pessoais), *logrolling* (negociação dos votos), a burocracia, tributação excessiva. Apresentando com um dos problemas na TEP, a informação, que pode refletir na escolha, ou seja, o eleitor mal informado tende a ser direcionado em torno de interesses particulares, Ribeiro da Cruz (2011).

Ribeiro da Cruz (2011) apresenta por meio de seu estudo as principais vertentes da Teoria da Escolha Pública, apresentado na obra “*Government Failure*”, do economista americano Gordon Tullock, em que expressa como o indivíduo se comporta em grupo, diante de uma decisão que pode vir a influir em melhorias para si mesmo ou para o grupo. Colocando o indivíduo no processo de decisão, em torno de duas vertentes, uma como consumidor e a outra como eleitor, levando em consideração que enquanto consumidor, uma decisão será pautada em informações, já enquanto eleitor, a limitação se encontra pela considerável falta de informações, que podem determinar a decisão. Neste sentido, a Teoria da Escolha Pública, tem seu enfoque principal, no quanto a informação pode influir, por exemplo, na forma em que políticas públicas serão direcionadas, “privilegiando” grupos distintos, em vez da maioria. Levando em consideração que ao se tratar da coisa pública, alguém que foi escolhido através do voto deveria ter suas decisões pautadas no interesse da maioria, e não apenas em torno de alguns.

Neste sentido, as organizações que seriam regidas por indivíduos, e que os mesmos, por serem egoístas, ao lidar com algo que teria que representar um interesse coletivo, diante de um ambiente de “fracasso”, representaria a verdadeira face das decisões tomadas, levando em consideração, que as mesmas, envolveriam interesses de grupos distintos, Pereira (1997).

Vargas (2011) apresenta a TEP como uma das chamadas “Teorias de Federalismo Fiscal de Segunda Geração”, com a visão fundamentada no individualismo dos agentes, em torno da eficiência de suas ações, apresentando a partir de então o conceito de responsabilidade e prestação de contas, com o princípio de *accountability*. Princípio este, no qual, o agente público ao lidar com a gestão da coisa pública, deve preocupar-se em repassar para os interessados, no caso o cidadão e o mercado, informações acerca do comportamento das contas públicas, tendo em vista que, foram escolhidos “[...] através do voto [...], definindo implicitamente a distribuição de encargos e competências entre os níveis de governo, promovendo ao mesmo tempo a descentralização e a eficiência econômica” (VARGAS, 2011, p.57).

Scarpin, Macêdo, Starosky Filho, Rodrigues Júnior (2012) analisaram os municípios de Santa Catarina quanto ao direcionamento dos recursos públicos à educação, tendo em vista

que a educação corrobora no desenvolvimento econômico e social, conseguiram mostraram que os municípios menores tendem a ser mais eficiente no direcionamento de recursos públicos a educação. Ao relacionar com a Teoria da Escolha Pública, observam-se as folgas e os excessos cometidos pelas cidades, em função dos valores que poderiam ser despendidos a mais, inserindo recursos na educação e aqueles municípios que gastaram a mais, levando em consideração, o nível de serviços oferecidos.

Baldissera et al. (2018) investigaram a influência dos indicadores socioeconômicos, contábeis e de transparência na governança eletrônica nos estados, sob a ótica da Teoria da Escolha Pública. Tendo entre as variáveis o Indicador do Grau de dependência – IGD, que verifica a dependência da gestão municipal as transferências. Ao relacionar com o nível de governança eletrônica, encontraram uma relação negativa, acrescentando como possível explicação, o fato destes estados que mais dependem de transferências, tende a não apresentar um grau elevado de divulgação de informações, ou seja, os gestores não levariam em conta o interesse público, e sim certo grau de auto interesse. E ao associar com a transparência verificou uma relação positiva, tendo em vista, que ela tende a limitar situações, que ferem o senso de responsabilidade do gestor, para com a sociedade.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE FATORES DETERMINANTES DE TRANSPARÊNCIA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Os primeiros estudos empíricos sobre a transparência ativa em entidades públicas buscavam apresentar propostas de mensuração do nível de transparência, como Lima (2009) que desenvolveu um índice de *disclosure* com ênfase na realidade brasileira, fazendo uma adaptação do índice desenvolvido por Coy, Tower e Dixon (1993), haja vista, que até então, no Brasil não tinha nenhum índice de análise neste sentido. Além disso, Lima (2009), analisou Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB, sob a ótica da divulgação de informações e a percepção dos *stakeholders*, constatando existir uma lacuna entre o que os *stakeholders* consideravam importante divulgar e o que realmente era divulgado pelas instituições.

Apresentando a ótica da prestação de contas públicas em portais eletrônicos, Cruz et al. (2012) desenvolveram um estudo nos maiores municípios brasileiros, investigando o nível de transparência da gestão pública municipal, constatando que existem baixos níveis de transparência e que os mesmos são incompatíveis com o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Pessôa (2013), analisou os portais eletrônicos de 59 Universidades Federais Brasileiras, propôs um Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), que teve como base os índices desenvolvidos por Coy, Tower e Dixon (1993), Rosário, Pérez, Cañadas (2011) e Católico (2012), com o intuito de medir o grau de transparência das informações contidas nos portais eletrônicos. Os resultados do estudo mostraram que as universidades da região Sul e Sudeste se inclinam a uma maior transparência, enquanto as da região Norte e Nordeste estão entre as que menos divulgam. Além disto, averiguou-se que o tamanho do corpo docente e técnico-administrativo, qualidade da graduação e da pós-graduação eram alguns dos determinantes da transparência.

Faraco (2015), investigou as informações públicas apresentadas nos portais de seis Institutos Federais da Região Sul do Brasil, através de dois momentos, primeiro observou através do índice o IndexDUF, desenvolvido por Pessôa (2013), um baixo índice de divulgação nos portais das informações públicas. E em um segundo momento da análise, Faraco (2015) verificou a percepção dos gestores por meio de um questionário, atestando que por mais que os gestores apresentem uma tendência a divulgar as informações nos portais, pontos como a desorganização das informações, a falta de padronização, são alguns dos problemas de acesso e de comunicação com o público desejado.

Gama e Rodrigues (2016) ao analisar 59 universidades federais, nos dois primeiros anos da implementação da Lei de Acesso à Informação, verificando o tratamento das informações contábeis nas universidades públicas federais, constataram que estas instituições parecem não atender os quesitos relacionados à transparência ativa, e que, por meio do e-SIC, as solicitações realizadas, direciona a reflexão de que a busca por informações adicionais pela sociedade, acrescenta e muito ao processo, no que diz respeito a importância da transparência e da prestação de contas.

Tendo como objetivo principal, averiguar o nível de transparência das universidades federais do Sul do Brasil, no ano de 2014, Azevedo e Lunkes (2016) aplicou o modelo proposto por Nunes (2013), que avalia o conteúdo informacional, a usabilidade e a disponibilidade dos dados nos sites. Destacaram que, em média, boa parte das universidades analisadas apresentaram boas práticas de transparência, mas que, o nível de excelência foi visualizado em apenas 27% das universidades, salientando que as demais, ainda têm um caminho a percorrer, no que diz respeito à transparência.

Oliveira, Zaganelli e Cavalari Junior (2017) tendo como foco, a análise da transparência ativa realizada em portais eletrônicos institucionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF's, por meio do que é estabelecido, pela Lei de Acesso a

Informação – LAI, verificaram a falta de uniformidade e o nível de variação na forma que as informações são disponibilizadas nos portais.

Bufolin et al. (2018), realizaram uma análise nos portais eletrônicos de seis institutos federais gaúchos e três universidades federais gaúchas, verificando o nível de transparência dispostos na LAI, utilizando como instrumento uma adaptação da Escala Brasil Transparente, desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Nesta análise, verificaram que por mais que os portais apresentem boa avaliação, existem aqueles que não exibem uma concreta adequação.

Na busca pela participação da sociedade no acompanhamento da gestão da coisa pública, e que, por mais que haja uma efetivação da legislação por meio de decretos e leis, enfatizando como deve ser feito esta prestação de contas, através da disponibilização de informações por meios de fácil acesso e em tempo real, Bufolin et al. (2018, p. 72) relatam que “nota-se a ineficiência do meio legal e o esforço empregado nos últimos anos para conscientizar os cidadãos de seu papel democrático e de efetivar a transparência pública, não pelo método normativo, mas pelo valor social, ou seja, de fora para dentro das instituições públicas”.

Neste sentido, Melo (2019) ao analisar as vinte melhores universidades federais, de acordo com Índice Geral de Cursos (IGC) de 2017, com o Índice Bidimensional de Transparência da Informação Público-Eletrônica (IBTIPE), que tem como base os estudos desenvolvidos por Almada e Silva (2014), constatou baixos níveis de transparência nos portais eletrônicos analisados, sendo a maioria classificada com uma “transparência frágil”.

Tendo em vista, que os órgãos e as entidades públicas são obrigados, legalmente, a disponibilizar informações em sites oficiais, de forma a facilitar o acesso aos mais diversos *stakeholders* da informação pública, Melo (2019) apresenta os principais interessados nas informações repassadas pelas instituições públicas de ensino, os denominados *stakeholders*, que sob a ótica do ambiente interno e externo, têm-se coordenadores, diretores, discentes, docentes, servidores, a CAPES, CGU, o MEC, o Tribunal de Contas da União, entre outros.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos realizado nesta pesquisa divide-se em três tópicos, que seriam a apresentação do levantamento das informações, que constituíram a amostra analisada, as variáveis utilizadas e a os procedimentos estatísticos.

3.1 DADOS

Para a mensuração do IIF inicialmente foi realizado um levantamento dos endereços das *home pages* dos institutos federais, os quais foram identificados através do uso da plataforma de busca *google*, com o uso da sigla referente ao instituto a ser analisado. Assim, foram consideradas páginas válidas as que apresentarem em sua URL, o domínio “edu.gov” e instituições que estavam situadas na região Nordeste. As instituições analisadas constam na Tabela 1.

Tabela 1- Institutos Federais da Região Nordeste

01	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN
02	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB
03	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE
04	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE
05	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL
06	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IF Sertão
07	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	IFS
08	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IFBAIANO
09	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA
10	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA
11	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados da pesquisa (2018).

Após o levantamento dos endereços dos portais, foram investigadas as informações contidas nos mesmos, que estejam relacionadas à prestação de contas do instituto federal, seja através do mapa do site ou dos *links* encontrados na principal página, no período compreendido entre 27/06 a 11/08/2018.

Os dados sobre o Índice Geral de Cursos (IGC), volume dos cursos e número de matriculados foi coletado na base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – (INEP, 2019).

3.2 VARIÁVEIS

Para estimação da relação entre nível de transparência com o tamanho e a qualidade dos Institutos Federais do Nordeste, foram utilizadas as variáveis: (a) Índice de Transparência para os Institutos Federais – IIF; (b) Tamanho; e (c) Qualidade.

3.2.1 Índice de transparência para os Institutos Federais – IIF

Para levantar o nível de transparência das organizações estudadas, foi construído um índice de transparência para os institutos federais – IIF (2018). Para isso, foi utilizada a lista de verificação do nível de transparência desenvolvido por Pessoa (2013), que contempla um

conjunto de 139 sentenças, sintetizadas nas seguintes áreas: (a) dados gerais – itens relacionados a existência de organograma, acesso ao Plano de desenvolvimento institucional, calendários acadêmicos, dentre outras questões relacionadas a informações sobre os institutos; (b) Atividades Acadêmicas (pesquisa, ensino e extensão) – perguntas relacionadas a relação de oferta de curso e programas, descrição de disciplinas, descrição da qualificação dos docentes, divulgação de editais, descrição de instalações, descrição sobre grupos e projetos de pesquisa, dentre outras questões desta natureza; (c) informações financeiras e de gestão – itens relacionados aos gastos executados, receita executada, indicadores orçamentários, dentre outros; (d) características da informação financeira – analisa a comparabilidade das informações fornecidas, divulgação de resultados e contratos de licitação, apresentação de informações financeiras com a utilização de índices, gráficos ou imagens, dentre outras questões relacionadas a informação financeira; (e) responsabilidade social – questões relacionadas a indicadores de responsabilidade econômica, social e ambiental ; (f) qualidade administrativa e acadêmica da instituição – informações sobre a existência de selos de qualidade, informações sobre prêmios, dentre outros; (g) navegabilidade – averiguação sobre a existência de informações em outros idiomas, datas de atualização da página, seção de prestação de contas, mapa da página web, dentre outras questões relacionadas a página web da organização; (H) E-serviços - averigua a existência de disponibilizações de *downloads* dos formulários e procedimentos online; e (i) - E-participação – verifica a existência de ferramentas de *e-learning*.

Tabela 2- Composição do IIF

Índice de Transparência para os Institutos Federais	Itens
Dados gerais da instituição	01 a 24
Atividades acadêmicas (ensino)	25 a 36
Atividades acadêmicas (pesquisa)	37 a 45
Atividades acadêmicas (extensão)	46 a 48
Informação financeira e de gestão	49 a 88
Características da informação financeira	89 a 94
Informação sobre responsabilidade social	95 a 97
Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	98 a 102
Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	103 a 122
E-serviços	123 a 130
E-participação	131 a 139

Fonte: Adaptado de Pessoa (2013).

Uma síntese das áreas e dos por 139 itens que compõem o índice podem ser consultados na Tabela 2. Dessa forma, as 11 categorias foram avaliadas seguindo um *checklist* de itens, de forma que quando existia a ocorrência do item foi atribuído 1, em caso contrário foi atribuído 0, em resumo, o nível de transparência derivou de uma análise binária dos itens das 11 categorias (1 = ocorre, 0 = não ocorre). A estruturação do índice de transparência seguiu a mesma lógica dos índices desenvolvidos por Coy, Tower e Dixon (1993) – que foi replicado com alterações por Banks e Nelson (1994) e Banks, Fisher e Nelson (1997) e Lima (2009) – e Católico (2012) e Rosário, Pérez, Cañadas (2011), que foram aplicados em Universidades Neozelandesas, Canadenses e Inglesas, em Universidades Públicas da Colômbia, e nas Universidades “Top 100” do mundo, respectivamente. Além disso, na presente pesquisa foram utilizados itens da legislação que trata da transparência pública obrigatória, como a Lei 12.257/2011 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entre outras, conforme sugerido por Pessoa (2013).

3.2.2 Tamanho e qualidade

Como *proxy* para a qualidade dos institutos federais foi utilizado o Índice Geral de Cursos (IGC - 2016), retirado do site do INEP, variável utilizada no estudo de Melo (2019) como um fator determinante de transparência.

Para analisar a influência do tamanho no nível de transparência foram utilizadas como *proxies* o volume de cursos de graduação que são oferecidos (dado retirado dos sites das instituições em 2018) e o volume de alunos matriculados - tendo por base o Censo da Educação Superior, 2017 – (INEP, 2018), seguindo a visão de Pessoa (2013) que utilizou diversos determinantes na tentativa de explicar a transparência nas universidades federais, entre eles, o quantitativo de cursos da pós, de graduação e o de cursos no total.

3.2.3 Tratamento estatístico

A análise dos dados levantados sobre o nível de transparência dos Institutos Federais do Nordeste foi realizada com base em análise descritiva e análise bivariada do índice de transparência dos Institutos Federais do Nordeste (IIF) com as variáveis sobre a qualidade das instituições de Educação Superior (IGC_IF) e tamanho dos institutos federais (Tam_matrículas e Tam_cursos).

Para a realização da análise bivariada, inicialmente foi analisada a distribuição dos dados, com base no histograma da distribuição das variáveis (conforme Figura 1) e realizado o teste de normalidade Shapiro-Wilk (Tabulados na Tabela 5). Em função dos dados

apresentarem uma distribuição normal, a significância da correlação existente entre as variáveis foi analisada pelo teste de correlação de Pearson.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.3.1 Nível de transparência dos institutos federais do Nordeste

Como mencionado anteriormente, utilizou-se o IFF para mensurar o nível de evidenciação de informações dispostas nos websites dos institutos federais da região Nordeste, em que é possível observar, por meio da Tabela 3, a pontuação máxima, que cada instituição analisada poderia alcançar em contraponto a realidade apresentada por cada instituto analisado no decorrer das 11 categorias do índice.

Tabela 3 - Quantidade de itens apresentados por instituição em cada categoria do índice

(continua)

Categorias - IIF		Pontuação máxima esperada	IFPB	IFRN	IFCE	IFPE	IFAL	IFS	IFBA	IFMA	IFPI	IF Sertão	IF Baiano
1	Dados Gerais da Instituição	24	18	15	17	11	14	14	12	16	15	14	11
2	Atividades acadêmicas (ensino)	12	5	7	7	5	4	10	5	6	3	6	6
3	Atividades acadêmicas (pesquisa)	9	6	4	7	6	4	6	5	5	1	5	3
4	Atividades acadêmicas (extensão)	3	0	1	0	0	2	2	1	1	2	2	0
5	Informação financeira e de gestão	40	15	5	7	9	9	3	7	17	6	10	3
6	Características da Informação Financeira	6	4	1	0	0	0	1	0	3	0	1	0
7	Responsabilidade Social	3	0	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1
8	Informações sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da Instituição	5	1	2	1	0	3	1	1	1	1	1	1
9	Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho na página <i>web</i>	20	11	6	8	8	10	9	7	13	10	8	8

Tabela 3 - Quantidade de itens apresentados por instituição em cada categoria do índice

		(conclusão)											
Categorias - IIF		Pontuação máxima esperada	IFPB	IFRN	IFCE	IFPE	IFAL	IFS	IFBA	IFMA	IFPI	IF Sertão	IF Baiano
10	<i>E-serviços</i>	8	3	2	5	0	1	0	2	1	2	4	0
11	<i>E-Participação</i>	9	4	3	4	1	4	2	2	3	4	3	3
TOTAL		139	67	47	57	40	51	49	42	66	45	55	36
TOTAL (%)		100	48	34	41	29	37	35	30	47	32	40	26

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que os Institutos Federais da região Nordeste, em geral, não apresentam a quantidade máxima de informações nos seus portais eletrônicos, ou seja, nenhum instituto federal alcançou os 139 itens de transparência avaliados.

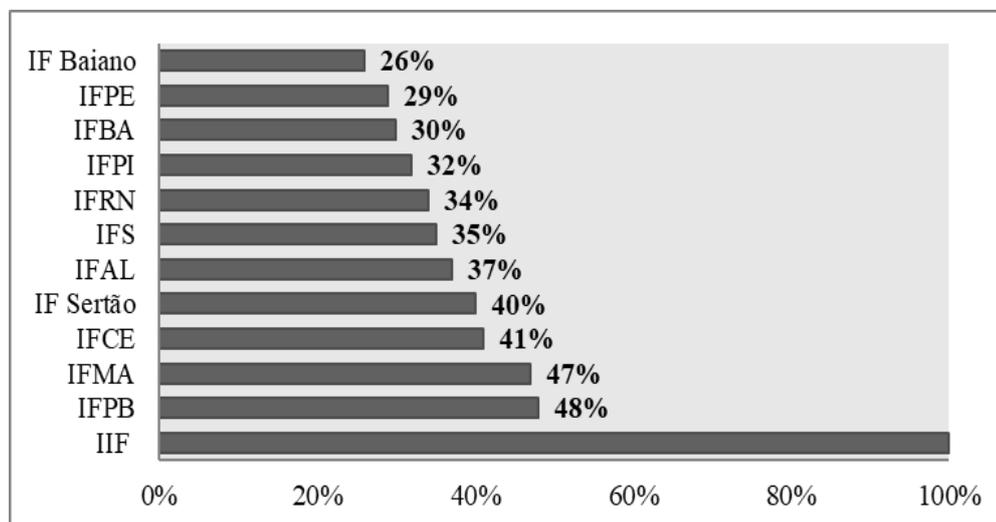
Dentre as 11 categorias avaliadas, cabe destacar que as que mais apresentaram informações foram as relacionadas aos “dados gerais da instituição” e as “informações relativas à navegabilidade, acesso e ao desenho da página *web*”. Resultados semelhantes foram encontrados por Faraco (2015) que ao analisar os Institutos Federais da Região Sul do Brasil, identificou que o maior nível de divulgação foi na categoria “dados gerais da instituição”. Em contraponto ao encontrado por Pessoa (2013), que verificou que nas universidades brasileiras o maior nível de transparência ocorre na “atividade acadêmicas – extensões”, com 85,88% de divulgação.

Dos 139 itens que compõem o IIF, os portais que apresentaram a maior quantidade de itens foram o do IFPB que apresentou 48% dos itens analisados, com destaque nas categorias que envolvem os Dados Gerais da Instituição, Características da Informação Financeira e informações que envolvem *E-Serviços* e *E-Participação*. A segunda organização a apresentar um destaque no nível de transparência foi o IFMA, com 47% do esperado, ao evidenciar informações relativa à navegabilidade, acesso e desenho na página *web*, em destaque a categoria que apresenta Informações Financeira e de Gestão, seguido pelo IFPB, nesta categoria.

Enquanto o portal com a menor porcentagem foi o do IF Baiano, com 26%. Observa-se que, em média, os institutos federais do nordeste apresentam um nível de transparência de 36,3% (dados não tabulados), um nível de transparência baixo, em comparação aos valores

levantados por Faraco (2015), na análise dos Institutos Federais da Região Sul, que exibiu uma média de divulgação de 43,39%, enquanto as Universidades Federais brasileiras, analisadas por Pessôa (2013), expressou uma média de 66,32% de divulgação. E separando por região, Pessôa (2013) mostrou que a média de divulgação no Nordeste era de 63,83%.

Figura 1- Porcentagem apresentada pelos portais eletrônicos dos Institutos Federais da Região Nordeste



Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados da pesquisa (2018).

Neste sentido, pode-se dizer que o nível de divulgação de informações nos portais eletrônicos dos Institutos Federais da região Nordeste apontado pelo índice IIF evidencia uma baixa divulgação de informações na web, ambiente no qual deveria existir uma maior transparência, para minimizar os efeitos da assimetria informacional, naturalmente, existentes na relação entre gestores da administração de recursos públicos e sociedade, possibilitando a efetivação de um controle social.

Tendo em vista que a divulgação de informações poderia resultar em uma maior participação do cidadão, a ideia de publicizar informações vai de encontro a Teoria da Escolha Pública, tendo em vista que o cidadão, em posse das informações poderia efetivar um maior controle social, e não seriam passíveis de manipulação, conforme é relatado por Borges (2001).

3.3.2 Estatística descritiva

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva das variáveis. A variável referente ao índice de transparência (IIF), evidencia que as entidades apresentam, em média, um índice de 0.363 (36,3%) e mediana de 0.3525 (35,25%), ou seja, o processo de divulgação de

informações, por meio de portais, apresenta um nível de transparência baixo, pois não realizam a divulgação em sua plenitude, corroborando com o estudo de Faraco (2015) e Pessôa (2013).

Tabela 4 - Estatística descritiva e teste de normalidade

Variáveis	Mínimo	Mediana	Média	Máximo
IGC_IF	2.259	2.708	2.676	3.039
IIF	0.259	0.3525	0.363	0.482
TAM_cursos	9	18	24.73	52
TAM_matrículas	1582	4534	5274	14842

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados da pesquisa (2018).

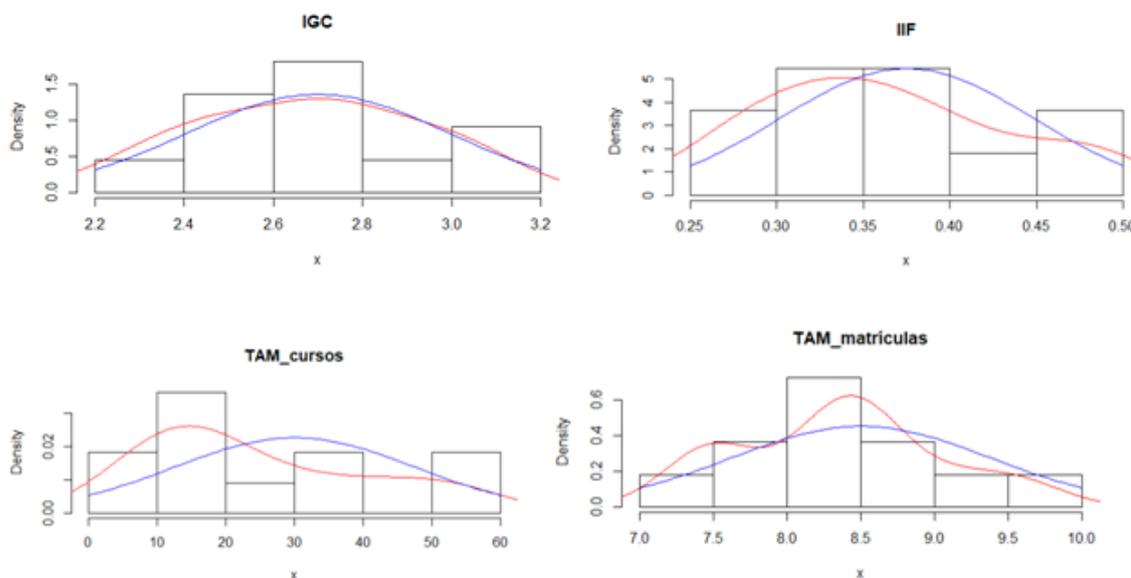
Nota: TAM_matrículas – alunos matriculados no ensino presencial e a distância.

TAM_cursos – quantidade de cursos existentes na instituição.

O índice de qualidade dos cursos (IGC) que sintetiza a qualidade dos cursos de graduação, mestrado e doutorado das instituições, com base na média ponderada das notas dos cursos das instituições, na amostra de institutos federais analisados apresenta uma qualidade média de 2.708, em que a instituição com o menor índice de qualidade foi IFAL (2,26), e a instituição com maior índice de qualidade foi o IFS (3.039), ao elencar um *ranking*.

Em relação ao tamanho das entidades, observa-se que as instituições apresentam 18 cursos (mediana), de modo que a menor instituição analisada apresentava 9 cursos de graduação (IF sertão) e a maior 52 cursos de graduação (IFMA). Já em relação ao volume de alunos matriculados observa-se que, em média, existiam 5.274 alunos matriculados, segundo o Senso do Ensino Superior de 2017.

O comportamento da distribuição dos dados foi realizado mediante a apresentação do histograma, conforme Figura 2. Os histogramas apresentam comportamento que remete a uma distribuição normal, para as variáveis IGC_IF e IIF. No entanto, as *proxies* para tamanho, parecem não apresentar uma distribuição normal, para um melhor ajuste da distribuição da variável a mesma foi normalizada usando a função logaritmo.

Figura 2 - Histograma das variáveis

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados da pesquisa (2018).

Ao realizar o teste de normalidade Shapiro-Wilk (Tabela 5), admitindo um nível de significância de 0.05, observa-se que a hipótese nula do teste não foi rejeitada para nenhuma das variáveis, indicando, assim, que os dados apresentam uma distribuição normal.

Tabela 5 - Teste de Normalidade Shapiro-Wilk

	W	P-valor
IGC_IF	0.96108	0.785
IIF	0.95394	0.6946
Log(TAM_cursos)	0.92024	0.3207
Log(TAM_matriculas)	0.95111	0.6582

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados da pesquisa (2018).

3.3.3 Análise da influência do tamanho e qualidade dos institutos federais no nível de transparência

Conforme resultados apresentados na Tabela 6 ao realizar a análise da correlação entre as variáveis, mediante a correlação de Pearson, constata-se que o tamanho da instituições apresenta uma correlação positiva, visto que o sinal das variáveis foi positivo, e a intensidade moderada, visto que o coeficiente foram 0,67 e 0.54, em relação ao Tam_cursos e Tam_matriculas, respectivamente. Além disso, estatisticamente a correlação difere de zero, pois o teste de Pearson foi significativo ao nível de significância adotado, ou seja, rejeita-se a hipótese nula do teste de que não existe correlação entre as variáveis.

Desse modo, pode-se concluir que existem indícios de que o tamanho da instituição interfere no nível de transparência. Desta forma, a hipótese de que existe influência positiva do tamanho das instituições no nível de transparência dos institutos federais do Nordeste brasileiro (H_1) não pode ser rejeitada.

Tabela 6 - Correlação de Pearson

Variável	Correlação de Pearson	
	Coefficiente	<i>p</i> -valor
IGC_IF	-0.1936	0.5684
TAM_Cursos	0.67**	0.02409
TAM_Matrículas	0.54***	0.08152

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme dados da pesquisa (2018).

Legenda: ** significância ao nível de 5%, *** significância ao nível de 10%.

Ao analisar a correlação da qualidade dos IF's com o índice de transparência observa-se uma correlação negativa, porém não significativa estatisticamente. Um resultado contrário ao levantado por Pessôa (2013), que encontrou uma relação positiva e significativa nas universidades Federais. O que significa, que nem sempre a qualidade apresentada pela instituição, estará associada ao nível de divulgação de suas informações. Neste sentido, é rejeitada, a hipótese de que existe influência positiva da qualidade das Instituições de Educação Superior (IGC) no nível de transparência dos institutos federais do Nordeste Brasileiro (H_2).

Com relação à correlação entre o nível de divulgação de informações e o tamanho, que levou em consideração a quantidade de cursos ofertados e o quantitativo de alunos matriculados, percebe-se que as instituições que apresentam o maior número de cursos e mais alunos, tendem a divulgar mais, e conseqüentemente, apresentam uma maior transparência ativa. Observou-se que as maiores organizações tendem a se preocuparem mais, quanto ao nível de informações que chegam à sociedade, isso pode ser reflexo de uma maior cobrança por uma prestação de contas das ações em torno da gestão do instituto federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou os Institutos Federais da região Nordeste com o objetivo de investigar se a qualidade e o tamanho das organizações eram fatores determinantes para a transparência ativa. Assim, foram analisados 11 portais eletrônicos, com o auxílio do índice de transparência pública desenvolvido por Pessôa (2013).

As evidências sobre o IIF atestam que os portais de institutos federais do Nordeste brasileiro, ainda apresentam um baixo índice de divulgação, de modo que entre os requisitos com pior apresentação refere-se as “informação financeira e de gestão”, em que de 40 itens possíveis, o portal eletrônico que apresentou mais itens, apresentou apenas 15, sendo representado no portal do IFPB, considerada a instituição com maior nível de transparência dentre as analisadas.

Em relação a fatores determinantes da transparência, os resultados apresentaram evidências de que o nível de transparência ativa dos Institutos Federais do Nordeste tem uma relação direta como tamanho das instituições. Assim, as maiores entidades, quanto à população de alunos matriculados e quando à quantidade de cursos, são aquelas que apresentam os maiores índices de transparência ativa. Porém, não foram encontradas relações significativas com a qualidade dos cursos.

Desse modo, diante dos resultados apresentados, percebe-se que a divulgação das informações ocorre em categorias pontuais, tendo em vista que, informações mais robustas, que embasariam um efetivo controle social, por parte do cidadão, não apresentam um bom nível de divulgação; como por exemplo, cita-se as informações que envolvem as finanças da instituição, que se divulgadas de maneira tempestiva e clara, contribuiriam na transparência, já que os interessados saberiam como foi utilizado e para onde foi destinado os recursos atribuídos ao instituto federal analisado.

Neste sentido, observa-se indícios da sociedade, de um modo geral, ser considerada como um público desinteressado e desinformado, quando o requisito é a prestação de contas indo ao encontro da Teoria da Escolha Pública. Na existência de um envolvimento de diferentes expectativas em torno da gestão, determinando como e quando, as informações serão repassadas é possível manter a sociedade bem informada, direcionando a possibilidade de realização de um efetivo controle social.

Contudo, as conclusões levantadas restringem-se a amostra de organizações do Nordeste do Brasil que foram analisadas. Sugere-se para estudos futuros que sejam utilizados uma amostra maior de institutos federais, para possibilitar a utilização de instrumentos metodológicos mais robustos para testar a relação de causa-efeito. Além disso, sugere-se que sejam investigados a influência de fatores econômicos e sociais no nível de transparência ativa das organizações públicas.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Maria Paula; SILVA, Rodrigo Carreiro. A qualidade da informação pública: uma análise do grau de transparência dos portais de cinco estados brasileiros. **Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 6, n. 2, p. 3-24, 2014.

AZEVEDO, Lyrio; LUNKES, E. Alberton. An analysis of the level of transparency of federal universities' websites in the south of Brazil. **Public Administration Research**, v. 5, n. 42, p. 42-52, 2016.

BALDISSERA, Juliano Francisco; ROVARIS, Nicole Regina Sousa; MELLO, Gilmar Ribeiro; FIIRST, Clóvis. Determinantes da governança eletrônica dos estados brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. **Revista Gestão Organizacional**, v. 10, n. 3, 2018.

BALDISSERA, Juliano Francisco; WALTER, Silvana Anita; FIIRST, Clóvis; ASTA, Denis Dall. A percepção dos observatórios sociais sobre a qualidade, utilidade e suficiência da transparência pública dos municípios brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 113-134, 2019.

BANKS, William; NELSON, Morton. Financial disclosures by Ontario universities: 1988–1993. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 3, n. 2, p. 287-305, 1994.

BANKS, Willian; FISHER, James; NELSON, Morton. University accountability in England, Wales, and Northern Ireland: 1992–1994. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 6, n. 2, p. 211-226, 1997.

BORGES, André. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova**, v. 53, p. 159-179, 2001.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 2 jul. 2019.

BUFOLIN, Darko Rodrigues; SILVEIRA-MARTINS, Elvis; MACHADO, Rafael Peres; PINTO, Rodrigo Serpa. A adequação das instituições federais de ensino no Rio Grande do Sul à lei de acesso à informação. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 5, n. 1,

p. 52-63, 2018.

CATÓLICO, D. F. Revelación y divulgación da información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. **Rev. Fac. Cienc. Econ.** v. 20, n. 1, p. 57 - 76, jun. 2012.

COY, David; TOWER, Greg; DIXON, Keith. Quantifying the quality of tertiary education annual reports. **Accounting & Finance**, v. 33, n. 2, p. 121-129, 1993.

CRUZ, Antônio Augusto Bello Ribeiro da. Teoria da escolha pública-uma visão geral de seus elementos sobre a ótica de gordon tullock em sua obra “government failure”. **Revista Virtual Faculdades Milton Campos**, v. 9, p. 1, 2011.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

FARACO, Bruno Pereira. **Transparência das informações públicas nos portais das instituições federais de educação profissional da Região Sul do Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **TransInformação**, v. 28, n. 1, p. 47-58, 2016.

HEALD, David. Fiscal transparency: concepts, measurement and UK practice. **Public Administration**, v. 81, n. 4, p. 723-759, 2003.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice Geral de Cursos (IGC)**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 1º jul. 2019.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2017**. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10 jul. 2019.

LIMA, Emanuel Marcos. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil**: uma abordagem da teoria da divulgação. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MELO, Douglas Arrais. **Transparência da informação pública: uma avaliação de sítios eletrônicos de universidades federais brasileiras**. 2019. Tese (Doutorado em Administração Pública) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9599>. Acesso em: 1º jul. 2019.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Como funciona o governo**: escolhas públicas na democracia representativa. São Paulo: FGV, 2007.

NUNES, Gissele Souza de Franceschi. **Avaliação da transparência pública à luz da legislação brasileira**: um estudo nos municípios da região sul do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA, AC de; ZAGANELLI, Margareth Vetis; CAVALARI JUNIOR, Octavio. Um diagnóstico da aplicação da lei de acesso à informação nos portais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros. *In*: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 9., 2016, Petrópolis, RJ. **Anais [...]**. Petrópolis, RJ: CASI, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/casi/37202-um-diagnostico-da-aplicacao-da-lei-de-acesso-a-informacao-nos-portais-dos-institutos-federais-de-educacao-ciencia/>. Acesso em: 1º jul. 2019.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal. **Análise Social**, v. 32, n. 141, p. 419-442, 1997.

PESSÔA, Iury da Silva. **Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2013.

PRADO, Otávio; LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, v. 13, n. 3, p. 355-372, 2006.

ROSÁRIO, A.; PÉREZ, M. C.; CAÑADAS, M. M. S. La transparencia da información online: El caso das top 100 universidades del mundo. *In*: CONGRESO ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE CONTABILIDAD Y ADMINISTRACIÓN DE EMPRESAS, 16., 2011, Granada. **Actas [...]**. Granada: AECA, 2011. Disponível em: http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xvicongresoaeca/general.htm. Acesso em: 1º jul. 2019.

SCARPIN, Jorge Eduardo; MACÊDO, Francisca Francivância Rodrigues Ribeiro; STAROSKY, FILHO, Loriberto; RODRIGUES JÚNIOR, Moacir Manoel. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do estado de Santa Catarina. **Gestão Pública: práticas e desafios**, v. 3, n. 2, 2012.

VARGAS, Neide César. A descentralização e as teorias do Federalismo Fiscal. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 1, 2011.